## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº

, DE 2019.

(Dos Sr. Roberto de Lucena e outros)

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral; e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1947, que institui o Código de Processo Penal, para estabelecer a competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual para processar e julgar os crimes contra a administração pública e os de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores no âmbito de campanhas eleitorais.

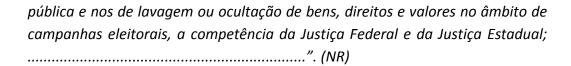
## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei altera os arts. 22, inciso I, alíena "d" e 35, inciso II da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral; e o art. 78, inciso IV do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1947 − Código de Processo Penal, para estabelecer a competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual para processar e julgar os crimes contra a administração pública e os de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores no âmbito de campanhas eleitorais.

Art. 2º. O art. 22, inciso I, alínea "d" e o art. 35, inciso II da Lei 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22
I –
d) os crimes eleitorais e os comuns que lhes forem conexos cometidos pelos seus próprios juízes e pelos juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais, ressalvada a competência do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Federal e da Justiça Estadual no caso de crimes contra a administração pública e nos de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores no âmbito de campanhas eleitorais;
Art. 35

II — processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais e, no caso de crimes contra a administração



Art. 3º. O inciso IV do art. 78 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1947, que institui o Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.	78.	 		 							

IV — no concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá esta, ressalvado o disposto no art. 35, inciso II da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965". (NR)

Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICATIVA**

Há muitos anos a sociedade brasileira vem sofrendo com o problema da corrupção endêmica e generalizada, que tem minado a capacidade de investimento do Estado brasileiro e a prestação de serviços públicos de qualidade.

A partir de julho de 2013, a sociedade brasileira tomou uma postura sem precedentes no período republicano: os enormes protestos por melhorias nos serviços públicos de educação, de saúde, de transporte e uma forte demanda pelo combate à corrupção levaram milhares de pessoas às ruas num processo que culminou inclusive com o impeachment da Presidente da República.

O momento atual exige do Congresso Nacional firmeza e coerência com essa vontade declarada pela maioria da população brasileira. A corrupção, a má gestão e a desídia no uso dos recursos públicos precisam parar para que o país possa liberar recursos, melhorar a prestação dos serviços básicos à população e retomar o crescimento.

Desta forma, a recente decisão emanada pelo Supremo Tribunal Federal no sentido de atribuir à Justiça Eleitoral a competência para processar e julgar os crimes comuns conexos com os crimes eleitorais não pode ser recebida de maneira passiva por este Parlamento.

A Câmara dos Deputados, enquanto caixa de ressonância da vontade popular, precisa garantir o protagonismo da justiça comum no processamento de causas tão caras à sociedade pelos seguintes motivos:

1) A Justiça Eleitoral tem como missão assegurar a soberania popular expressa no momento do voto;

- 2) A Justiça Eleitoral não está vocacionada para processar e julgar tipos penais distintos daqueles diretamente relacionados com o processo eleitoral;
- 3) A Justiça Comum Estadual e Federal têm sido estruturadas para lidar com delitos conhecidos como crimes do colarinho branco.

Considerando a conveniência e a oportunidade política da matéria, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei Complementar.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2019.

## Dep. ROBERTO DE LUCENA (PODE/SP)

Dep. IGOR TIMO (PODE/MG) Dep. RENATA ABREU (PODE/SP)

Dep. JOSÉ NELTO (PODE/GO) Dep. ALUÍSIO MENDES (PODE/MA)

Dep. BACELAR (PODE/BA) Dep. DIEGO GARCIA (PODE/PR)

Dep. JOSÉ MEDEIROS (PODE/MT) Dep. LÉO MORAES (PODE/RO)

Dep. MARCOS FELICIANO (PODE/SP)

Dep. RICARDO TEOLBALDO (PODE/PE)